26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 10 – Informação e Memória

MEMÓRIA INSTITUCIONAL E TRAJETÓRIA: O PERCURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1986-2024)

INSTITUTIONAL MEMORY AND TRAJECTORY: *THE JOURNEY OF THE GRADUATE PROGRAM IN SOCIAL MEMORY AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO (1986–2024)*

Lucas da Conceição Oliveira – Universidade Federal do Rio de Janeiro /(UFRJ)
Eliezer Pires da Silva – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro /(UNIRIO

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este trabalho analisa a trajetória institucional do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, desde a sua concepção normativa em 1986 até a consolidação no ciclo avaliativo 2021-2024. O objetivo é compreender como os registros documentais atuam como suportes de memória e testemunhos da evolução de um campo interdisciplinar pioneiro no Brasil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa aplicada com abordagem qualitativa e natureza descritiva, fundamentada em análise documental, histórica e contemporânea, tendo como fontes principais as Resoluções de 1986, 1995, 2005 e o Relatório Quadrienal da Plataforma Sucupira (2021-2024). Os resultados demonstram que a trajetória do Programa de Memória Social é marcada por três fases de amadurecimento: a criação voltada à administração de centros culturais em 1986, a virada para o binômio memória-documento em 1995 e a afirmação epistemológica da Memória Social a partir de 2005. Conclui-se que os documentos, ao registrarem atos deliberativos e métricas de desempenho, transcendem a função administrativa para se tornarem um artefato de poder e memória.
Palavras-chave: memória institucional; trajetória acadêmica; Programa de Pós-Graduação em Memória Social.

Abstract: This paper analyzes the institutional trajectory of the Graduate Program in Social Memory at the Federal University of the State of Rio de Janeiro (UNIRIO), from its normative conception in 1986 to its consolidation during the 2021–2024 evaluation cycle. The study aims to understand how documentary records function as supports of memory and as evidence of the development of a pioneering interdisciplinary field in Brazil. Methodologically, this is an applied study with a qualitative and descriptive approach, grounded in documentary, historical, and contemporary analysis. The primary sources include the 1986, 1995, 2005 Resolutions and the Quadrennial Report available on the Sucupira Platform (2021–2024). The findings indicate that the trajectory of the Social Memory Program has been marked by three stages of maturation: its creation with a focus on the administration of cultural centers in 1986, the shift toward the memory–document nexus in 1995, and the epistemological consolidation of Social Memory from 2005 onward. The study concludes that documents, by recording deliberative acts and performance indicators, transcend their administrative function and become artifacts of power and memory.
Keywords: institutional memory; academic trajectory; Graduate Program in Social Memory.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto o Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS-UNIRIO), cuja trajetória acompanha transformações significativas da pós-graduação interdisciplinar brasileira. Sua origem remonta ao Mestrado em Administração de Centros Culturais, criado pelas Resoluções nº 516 e nº 522, de 1986. Conforme Resolução UNIRIO nº 1.445 de 1995, no mesmo ano o curso passou a denominar-se Memória Social e Documento, evidenciando maior aproximação entre os estudos da memória e os processos documentais. Com a implantação do doutorado, em 2005, e a adoção da denominação Memória Social, como definido na Resolução nº 2610 de 2005, consolidou-se uma identidade acadêmica voltada à afirmação de um campo interdisciplinar próprio.

A trajetória do PPGMS-UNIRIO revela que os documentos produzidos ao longo de sua existência constituem fontes privilegiadas para compreender a consolidação de um campo científico dedicado às relações entre memória, informação e sociedade. Assim, os registros administrativos cumprem dupla função: atender às demandas de gestão universitária e preservar evidências da construção histórica da instituição. Diante desse cenário, este estudo busca responder à seguinte questão: de que maneira a análise dos registros permite reconstruir a trajetória institucional do PPGMS-UNIRIO e compreender o papel dos documentos na construção de sua memória institucional?

O objetivo geral consiste em analisar a trajetória institucional do PPGMS-UNIRIO, desde sua criação em 1986 até sua consolidação no ciclo avaliativo 2021–2024, identificando

o papel dos documentos como referências de memória institucional. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) resgatar os marcos regulatórios que fundamentaram a implantação do programa; e (b) caracterizar as transformações identitárias ocorridas ao longo de sua trajetória.

A relevância da pesquisa reside na compreensão do documento como elemento constitutivo da memória institucional, cuja função ultrapassa o controle administrativo e contribui para a preservação de experiências, decisões e processos que conformam a identidade organizacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A trajetória do PPGMS-UNIRIO pode ser compreendida a partir dos documentos produzidos ao longo da existência do programa e constituem não apenas instrumentos administrativos, mas também registros que testemunham sua evolução acadêmica e científica. As subseções seguintes apresentam os fundamentos teóricos dessas abordagens.

2.1 MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UMA CONSTRUÇÃO CONCEITUAL

A memória institucional constitui um objeto de investigação que ultrapassa a dimensão técnica da preservação documental e da gestão da informação. Não corresponde a um repositório passivo de registros, mas a um processo dinâmico de construção de significados que articula passado, presente e futuro.

Costa (1997) compreende as instituições como construções históricas produzidas pelas relações sociais e pelos sistemas de valores que orientam a vida coletiva. Nessa perspectiva, a memória institucional deve ser entendida para além dos limites administrativos das organizações, relacionando-se aos mecanismos pelos quais uma instituição produz referências sobre sua origem, trajetória e identidade.

Essa concepção aproxima-se de Castoriadis (1982), para quem as instituições resultam da capacidade criadora da sociedade. As significações imaginárias socialmente produzidas orientam comportamentos, definem valores e legitimam formas de organização. As instituições materializam essas significações e contribuem para sua reprodução.

De modo semelhante, Berger e Luckmann (1985) entendem a institucionalização como resultado da sedimentação de práticas sociais reiteradas. Sob essa ótica, os documentos

institucionais registram práticas, decisões e valores que passaram a orientar o funcionamento organizacional em diferentes momentos históricos.

Ao discutir a memória institucional, Costa (1997) destaca que ela não decorre da simples acumulação de informações, mas de processos seletivos que definem o que será preservado, valorizado ou esquecido. Essa compreensão encontra respaldo em Halbwachs (1990), que concebe a memória como fenômeno essencialmente social, organizado a partir dos quadros coletivos que orientam a interpretação das lembranças.

Nessa mesma direção, Le Goff (1990) afirma que a memória constitui um instrumento de poder, pois influencia a construção das identidades coletivas e a legitimação das narrativas históricas. Assim, a memória não representa um reflexo neutro do passado, mas o resultado de disputas simbólicas sobre aquilo que será socialmente reconhecido.

A abordagem também dialoga com Foucault (1993), para quem os sistemas de registro e produção do conhecimento participam da constituição da própria realidade que descrevem. Os documentos não apenas representam a instituição, mas contribuem para produzi-la e legitimá-la, atuando como dispositivos que organizam visibilidades e sustentam narrativas institucionais.

Sob essa perspectiva, a trajetória do PPGMS-UNIRIO pode ser compreendida como um processo de construção de memória institucional materializado em seus registros documentais. As resoluções de criação, as alterações de denominação e estrutura e os documentos de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) evidenciam os mecanismos pelos quais o programa consolidou sua identidade acadêmica e sua legitimidade científica.

Conforme Costa (1997), tais documentos não são apenas fontes para a reconstrução histórica do programa, mas elementos constitutivos de sua própria memória institucional. Ao registrarem decisões, transformações e resultados, participam da construção das narrativas que sustentam a identidade do PPGMS-UNIRIO e permitem compreender sua consolidação no cenário da pós-graduação brasileira.

2.2 MEMÓRIA SOCIAL E A “NOVA ÉPOCA” NOS ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

A constituição da Memória Social como campo de investigação resulta de um processo de amadurecimento teórico e institucional que atravessa diferentes disciplinas. Embora as reflexões sobre memória estejam presentes nos trabalhos clássicos de Maurice Halbwachs e

de outros autores dedicados à compreensão dos mecanismos sociais da recordação, o reconhecimento da Memória Social como campo interdisciplinar relativamente autônomo é mais recente. Nas últimas décadas, a memória passou a ocupar posição central nas ciências humanas e sociais, sendo mobilizada para compreender questões relacionadas à identidade, patrimônio, cultura, trauma, justiça, direitos humanos, comunicação e informação.

Conforme observa Pasol (2014), a contemporaneidade é marcada por uma centralidade sem precedentes da memória nos discursos sociais, políticos e culturais. Nessa perspectiva, a memória deixa de ser entendida apenas como faculdade de rememoração ou objeto da investigação histórica para assumir papel ativo na construção das identidades coletivas e dos projetos sociais e políticos.

Ao historicizar os estudos da memória, Pasol (2014) identifica diferentes períodos de desenvolvimento do campo. O primeiro está associado às contribuições clássicas das primeiras décadas do século XX, especialmente às de Maurice Halbwachs, cuja principal preocupação consistia em demonstrar o caráter social da memória, para além de sua dimensão psicológica individual.

Um segundo período emerge nas últimas décadas do século XX, quando a memória passa a ocupar lugar de destaque nos debates acadêmicos e públicos. Segundo a autora, esse movimento relaciona-se a transformações históricas como os processos de descolonização, a emergência de novos movimentos sociais, os debates sobre o Holocausto, a redemocratização de diversos países e a expansão das políticas de patrimônio cultural. Esses acontecimentos ampliaram significativamente o alcance dos estudos da memória ao impulsionar reflexões sobre trauma, testemunho, identidade e reconhecimento.

Autores como Huyssen (2000) e Nora (1993) identificam esse contexto como um período de intensa valorização social da memória. Huyssen descreve uma verdadeira “obsessão memorialística”, evidenciada pela proliferação de museus, monumentos, centros de documentação, políticas patrimoniais e práticas de rememoração coletiva.

Quanto ao terceiro momento, Pasol (2014) argumenta que as transformações decorrentes da globalização, da intensificação dos fluxos transnacionais e da expansão das tecnologias digitais caracterizam uma “nova época”. A memória contemporânea passa a ser marcada por processos de mobilidade, conectividade e mediação tecnológica que alteram as formas de produção e compartilhamento das lembranças.

Nesse contexto, a memória é produzida e difundida em plataformas que ampliam o alcance da rememoração e multiplicam os atores envolvidos na construção das narrativas coletivas. Tal transformação possui implicações importantes para a Ciência da Informação. Documentos, arquivos e sistemas informacionais deixam de ser vistos apenas como instrumentos de armazenamento e recuperação de dados para assumir papel central na constituição da memória social. Os arquivos, assim, não apenas preservam memórias, mas participam de sua construção e atualização.

É nesse cenário que se insere o PPGMS-UNIRIO. Sua trajetória acompanha as transformações do próprio campo da Memória Social. A retirada do termo “Documento” da denominação oficial não representou o abandono das questões documentais, mas a ampliação do escopo teórico do programa e o reconhecimento de que os documentos constituem apenas uma das dimensões dos processos de construção da memória. A nova denominação expressa uma identidade acadêmica capaz de articular memória, cultura, informação, patrimônio e sociedade, reforçando seu caráter interdisciplinar.

Sob essa perspectiva, a trajetória do PPGMS reflete as transformações identificadas por Pasol (2014) na constituição da “nova época” dos estudos da memória. O programa acompanha a passagem de uma compreensão mais associada aos suportes documentais para uma abordagem ampliada da memória como fenômeno social complexo, atravessado por relações de poder, disputas identitárias e processos informacionais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, de abordagem qualitativa e natureza descritiva, tendo a análise documental como principal procedimento metodológico. O estudo foi desenvolvido entre janeiro de 2024 e junho de 2026 e teve como recorte temporal a trajetória institucional do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS-UNIRIO), compreendida entre sua criação, em 1986, e o encerramento do ciclo avaliativo 2021–2024.

A pesquisa foi organizada em três etapas articuladas. Na primeira, realizada entre janeiro e dezembro de 2024, procedeu-se à revisão bibliográfica sobre memória institucional, memória social, instituições, documento e interdisciplinaridade, buscando estabelecer as categorias conceituais utilizadas na interpretação da trajetória do Programa.

Na segunda etapa, realizada entre janeiro e dezembro de 2025, foi constituído o corpus documental da pesquisa. Foram selecionados documentos institucionais considerados relevantes para a reconstrução histórica e acadêmica do PPGMS-UNIRIO, especialmente aqueles capazes de registrar atos de criação, alterações de denominação, mudanças de estrutura acadêmica e informações sobre seu desenvolvimento institucional. Integram o corpus as Resoluções nº 516 e nº 522, de 1986, que formalizaram a criação do Mestrado em Administração de Centros Culturais; a Resolução UNIRIO nº 1.445, de 1995, relativa ao regulamento do Curso de Mestrado em Memória Social e Documento; a Resolução nº 2610, de 2005, que dispõe sobre a implantação do Curso de Doutorado e a adoção da denominação Memória Social (retirada do termo "Documento"); os dados e documentos de avaliação disponíveis na Plataforma Sucupira referentes ao ciclo 2021–2024; a ficha de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e o estudo técnico de Oliveira (2025), relativo às práticas de produção e uso dos documentos arquivísticos na gestão acadêmica do PPGMS-UNIRIO.

A seleção das fontes considerou sua pertinência para a reconstrução da trajetória institucional, priorizando documentos produzidos no âmbito da própria Universidade e dos processos formais de avaliação e gestão acadêmica. As fontes foram examinadas considerando sua natureza, contexto de produção, finalidade institucional e informações registradas sobre a organização e o desenvolvimento do Programa.

Na terceira etapa, realizada entre janeiro e junho de 2026, os dados foram sistematizados e interpretados a partir de categorias analíticas definidas com base no referencial teórico e na documentação examinada. Foram consideradas, entre outras dimensões, as mudanças de denominação e estrutura do Programa, os níveis de formação oferecidos, a composição e expansão do corpo docente e discente, a produção acadêmica, as linhas e projetos de pesquisa, a infraestrutura, a inserção social e as concepções de memória e documento presentes nos diferentes momentos de sua trajetória.

A análise permitiu organizar a trajetória institucional em três períodos analíticos: 1986–1994, correspondente à criação e consolidação inicial do Mestrado em Administração de Centros Culturais; 1995–2004, marcado pela adoção da denominação Memória Social e Documento e pela aproximação entre memória, documento e informação; e 2005–2024,

caracterizado pela criação do doutorado e pela afirmação da Memória Social como eixo articulador de um campo interdisciplinar de investigação.

A periodização não é compreendida como uma sucessão linear ou como ruptura absoluta entre os períodos. Ao contrário, busca evidenciar mudanças de ênfase e processos de continuidade, permanência e ressignificação institucional. Dessa forma, a análise documental é utilizada não apenas para recuperar acontecimentos administrativos, mas para compreender como diferentes registros institucionais participam da produção, preservação e atualização da memória do próprio Programa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO: O PERCURSO DO PPGMS-UNIRIO

A trajetória do PPGMS-UNIRIO pode ser compreendida em três momentos principais. O primeiro refere-se à criação do Mestrado em Administração de Centros Culturais, em 1986, voltado à formação de profissionais para instituições culturais e patrimoniais. O segundo iniciou-se em 1995, com a denominação Memória Social e Documento, que amplia o diálogo com os estudos da informação, da documentação e da preservação da memória. O terceiro consolida-se a partir de 2005, com a criação do Doutorado e a adoção do nome Memória Social, marcando a afirmação de um campo interdisciplinar próprio.

4.1 A GÊNESE: O MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS

A trajetória do atual PPGMS-UNIRIO inicia-se em um contexto de transformações da pós-graduação brasileira e de crescente valorização das políticas culturais e patrimoniais. A criação do Mestrado em Administração de Centros Culturais foi formalizada pela Resolução nº 516, de 19 de novembro de 1986, que estabelece: “Art. 1º - Fica aprovado o Curso de Mestrado em ADMINISTRAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS no Centro de Ciências Humanas, desta Universidade, conforme proposta que a esta acompanha” (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 1986, não paginado).

Este ato foi ratificado pela Resolução nº 522, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a criação do curso "já aprovado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa, em sessão realizada no dia 17 de novembro de 1986". Em seu Art. 1º, a resolução confirma que "Fica aprovado o Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais, no Centro de Ciências Humanas, desta Universidade" (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 1986, não paginado).

Entende-se que a promulgação das resoluções mencionadas constitui um marco institucional anterior à consolidação da Memória Social como campo acadêmico no Brasil. A análise desses documentos revela não apenas a formalização de um curso de pós-graduação, mas a materialização de um projeto voltado à gestão da cultura, à preservação do patrimônio e à formação de profissionais para instituições culturais.

A década de 1980 foi marcada pela redemocratização do país e pela ampliação dos debates sobre cidadania, identidade nacional, patrimônio cultural e democratização do acesso à cultura. Paralelamente, observava-se a expansão da pós-graduação stricto sensu, impulsionada pelas políticas de fortalecimento da pesquisa e pela necessidade de formação de quadros especializados.

A própria denominação do curso evidencia as preocupações daquele período. A expressão “Administração de Centros Culturais” remete à gestão de organizações voltadas à preservação, promoção e difusão de bens culturais. Diferentemente da configuração atual do PPGMS, a proposta inicial não tinha a memória como categoria analítica central nem como campo interdisciplinar estruturado.

Essa orientação aproxima o programa das políticas culturais fortalecidas no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980. A ampliação dos debates sobre patrimônio histórico e cultural, impulsionada por instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), evidenciou a necessidade de profissionais qualificados para atuar na preservação e gestão dos bens culturais.

Apesar de sua vinculação à gestão cultural, os documentos fundadores permitem identificar elementos que posteriormente se tornaram centrais na identidade acadêmica do programa. Entre eles destaca-se a interdisciplinaridade. Antes mesmo da consolidação da Memória Social como eixo estruturador, a proposta já articula conhecimentos da Administração, História, Museologia, Biblioteconomia, Arquivologia, Comunicação e Ciências Sociais. Trata-se, portanto, de uma característica presente desde sua gênese institucional.

Produzidas inicialmente para fins administrativos, as resoluções passaram a desempenhar outra função ao longo do tempo: tornaram-se testemunhos da origem institucional do programa. Como destaca Le Goff (1990), os documentos são simultaneamente monumentos e vestígios do passado. No caso do PPGMS, permitem compreender não apenas

quando e como o programa foi criado, mas também as concepções que orientavam sua proposta acadêmica.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre memória, patrimônio e cultura presente na concepção inicial do curso. Embora a expressão “memória social” ainda não integrasse sua denominação, atividades relacionadas à preservação de acervos, à organização de registros documentais, à valorização do patrimônio e à mediação de narrativas sobre o passado já faziam parte de suas preocupações. A memória encontrava-se, assim, presente de forma implícita, ainda que subordinada às demandas da administração cultural.

Do ponto de vista da formação acadêmica, a primeira fase da trajetória do PPGMS-UNIRIO também revela uma escala ainda inicial de funcionamento do curso. Entre a criação do Mestrado em Administração de Centros Culturais, em 1986, e a transformação do curso em Memória Social e Documento, em 1995, foram identificadas 16 dissertações defendidas. Embora esse número seja reduzido quando comparado aos períodos posteriores, ele constitui importante evidência da fase de implantação e consolidação inicial do Programa. A produção de dissertações nesse período demonstra que, mesmo sob uma denominação vinculada à administração de centros culturais, já se constituía uma experiência de formação stricto sensu que posteriormente forneceria bases institucionais para a ampliação do campo de investigação. Assim, os 16 trabalhos defendidos podem ser compreendidos como parte da memória acadêmica fundadora do Programa, registrando uma etapa em que a formação ainda estava concentrada exclusivamente no mestrado e fortemente relacionada às questões de gestão cultural, patrimônio e instituições culturais.

Sob essa perspectiva, o período entre 1986 e 1995 pode ser compreendido como uma fase de incubação conceitual do que posteriormente se consolidou como campo da Memória Social. A documentação produzida nesse período também evidencia um processo de construção identitária institucional, uma vez que, conforme argumenta Costa (1997), a memória institucional é produzida por práticas de registro que conferem continuidade às experiências organizacionais.

4.2 A VIRADA EPISTEMOLÓGICA: MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO

O segundo momento da trajetória institucional do PPGMS-UNIRIO inicia-se em 1995, quando o curso passa a denominar-se Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Documento, como mostra a resolução da época: “Resolução da UNIRIO Nº 1445, de 27/07/95

- Fica aprovado o REGULAMENTO DO CURSO DE MESTRADO EM MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO do Centro de Ciências Humanas, que está em anexo" (Proc. Nº 7347/95-20).

Embora possa ser interpretada administrativamente como uma simples mudança de nomenclatura, essa alteração revela uma inflexão epistemológica que redefiniu os fundamentos conceituais do programa, ampliou seu horizonte teórico e estabeleceu bases para a consolidação da Memória Social como campo interdisciplinar.

A mudança ocorre em um período de crescente centralidade da memória nos debates acadêmicos. Entre o final dos anos 1980 e a década de 1990, temas como memória coletiva, patrimônio cultural, identidade, trauma, testemunho e políticas de preservação passaram a ocupar espaço relevante nas agendas de pesquisa. No Brasil, a redemocratização e a consolidação da Constituição de 1988 impulsionaram reflexões sobre memória, cidadania e identidade nacional, ampliando a compreensão da memória para além da investigação histórica.

Nesse contexto, a substituição da expressão "Administração de Centros Culturais" por "Memória Social e Documento" representou uma mudança de foco: da gestão de instituições culturais para a análise dos processos sociais de produção, preservação e circulação da memória. O programa deixou de priorizar exclusivamente a formação de gestores culturais e passou a investir na construção de um campo de investigação voltado à compreensão da memória como fenômeno social complexo.

A incorporação do termo memória social foi central nesse processo. Diferentemente das abordagens que associavam a memória à esfera individual, a noção de memória social enfatiza seu caráter coletivo, histórico e cultural. Inspirada em Halbwachs (1990), compreende que as lembranças são produzidas a partir de referenciais sociais compartilhados e participam da constituição das identidades coletivas e das representações sociais.

A inclusão do termo documento revela outra dimensão importante da transformação. O documento passa a ocupar posição estratégica não apenas como objeto técnico das práticas arquivísticas, mas como elemento central na produção e preservação da memória social. Essa perspectiva aproximou o programa das discussões da Ciência da Informação, da Arquivologia e da Documentação, fortalecendo o diálogo com áreas voltadas aos processos de registro, organização e circulação da informação.

Essa concepção aproxima-se das formulações de Le Goff (1990), para quem os documentos são simultaneamente monumentos e instrumentos de poder. A presença do conceito de documento na denominação do programa também reflete o fortalecimento dos debates sobre informação e memória que marcaram a Ciência da Informação na década de 1990, especialmente aqueles relacionados à função social dos arquivos e centros de documentação.

A articulação entre memória e documento conferiu ao programa uma posição singular no cenário acadêmico brasileiro. Em vez de tratar ambos os conceitos de forma independente, a proposta passou a enfatizar suas relações constitutivas: a memória como processo social de produção de significados e o documento como suporte material e simbólico desses processos. Essa perspectiva favoreceu a construção de uma agenda de pesquisa interdisciplinar e inovadora.

Entre 1995 e 2005, o programa vivenciou um período de expressivo amadurecimento acadêmico. Um marco fundamental para a consolidação desta fase foi a expansão do programa para o nível de doutorado. Conforme consta na ficha de avaliação da CAPES do quadriênio 2021-2024, o programa “[...] Integra curso de mestrado e/ou doutorado, tendo iniciado, respectivamente, em 1987 (mestrado) e 2005 (doutorado)” (CAPES, 2026, não paginado).

A implantação do curso de doutorado em 2005 permitiu que a "virada epistemológica" se aprofundasse, consolidando a pesquisa em nível avançado e preparando o terreno para a afirmação definitiva do campo. Houve ampliação da produção científica, fortalecimento das atividades de pesquisa e consolidação de redes de colaboração. A nova identidade acadêmica passou a atrair pesquisadores de diferentes áreas, contribuindo para a diversidade intelectual que marcaria o campo da Memória Social.

Outro aspecto relevante foi o fortalecimento da interdisciplinaridade. Nesse período, a memória social deixou de ser apenas um tema de investigação para tornar-se um espaço de articulação entre diferentes saberes. A valorização de abordagens interdisciplinares e a presença de pesquisadores com formações diversas consolidaram uma cultura intelectual baseada no diálogo e na pluralidade teórica.

A mudança de denominação para Memória Social e Documento, em 1995, foi acompanhada por expressiva ampliação da capacidade formativa do Programa. No período

compreendido entre 1996 e 2005, foram identificadas 164 dissertações defendidas, número mais de dez vezes superior ao registrado na fase anterior, quando foram contabilizadas 16 dissertações até 1995. Esse crescimento quantitativo constitui um indicador relevante de que a transformação conceitual e institucional associada à incorporação da Memória Social não ocorreu apenas no plano discursivo, mas esteve acompanhada pela expansão da atividade de formação e pesquisa. O aumento expressivo do número de dissertações evidencia a consolidação do mestrado como espaço de produção de conhecimento e sugere a ampliação do alcance acadêmico do Programa, em consonância com a aproximação entre memória, documento e diferentes campos disciplinares. Desse modo, a segunda fase caracteriza-se não apenas pela mudança de identidade epistemológica, mas também pelo significativo aumento da produção acadêmica materializada nas dissertações.

Ao final desse período, o programa já apresentava características que o distinguiam no cenário nacional da pós-graduação. Sua produção intelectual, vocação interdisciplinar e capacidade de articular memória, documento, cultura e informação contribuíram para a construção de uma identidade acadêmica própria.

4.3 A AFIRMAÇÃO DA MEMÓRIA SOCIAL COMO CAMPO INTERDISCIPLINAR

A implantação do Doutorado, em 2005, constituiu um marco institucional que ampliou a capacidade de formação de pesquisadores e de produção científica do programa. Com esse avanço, o PPGMS consolidou-se como espaço de reflexão sobre os processos de construção, transmissão, disputa e preservação da memória social. “Resolução Nº 2610, de 10 de maio de 2005 – Dispõe sobre a implantação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – Doutorado, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO” (Proc. no 23102.001.497/2004-72).

Nesse contexto, a retirada do termo “Documento” da denominação oficial não representou um afastamento das discussões sobre informação, documentação ou arquivos. Ao contrário, refletiu a ampliação do horizonte conceitual do programa. O documento permaneceu como objeto relevante de investigação, mas passou a ser compreendido como um dos elementos envolvidos nos processos de produção da memória social. A nova denominação expressa o entendimento de que a memória transcende seus suportes materiais e se manifesta em práticas sociais, narrativas, patrimônios, representações simbólicas e formas de mediação informacional.

Essa transformação acompanha mudanças mais amplas nos estudos da memória. Conforme Huyssen (2000), Nora (1993) e Pasol (2014), a memória tornou-se objeto central de investigação nas ciências humanas e sociais. O PPGMS acompanhou esse movimento e passou a assumir explicitamente a Memória Social como núcleo articulador de sua identidade acadêmica.

Os documentos institucionais recentes evidenciam essa consolidação. Segundo o Relatório Quadrienal da Plataforma Sucupira (2021-2024), a missão do programa é produzir, difundir e socializar conhecimentos sobre os processos de construção da memória social, formando pesquisadores capazes de compreender criticamente as relações entre memória, cultura, informação, poder e sociedade.

A interdisciplinaridade constitui o principal elemento estruturante dessa proposta. O programa articula diferentes perspectivas teóricas e metodológicas em torno dos fenômenos da memória social, reunindo pesquisadores de áreas como História, Sociologia, Antropologia, Filosofia, Psicologia, Comunicação, Ciência da Informação, Museologia, Arquivologia e Literatura.

Os projetos desenvolvidos também demonstram forte inserção social, por meio de parcerias com instituições públicas, museus, arquivos, centros culturais, organizações da sociedade civil e comunidades locais. Essa característica reforça a compreensão da memória como fenômeno socialmente situado e aproxima a produção científica das demandas da sociedade.

Outro aspecto relevante refere-se à consolidação da infraestrutura de pesquisa do programa. O Relatório Quadrienal registra a atuação do Laboratório de Práticas Sociais e Pesquisas sobre Violência (LPSPV), do Laboratório de Memória e Imagem (LABIM) e do Laboratório de Documentação em Memória Social (LADOME). Esses espaços apoiam atividades de ensino, pesquisa, extensão e preservação documental, contribuindo para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

A maturidade alcançada pelo programa é formalmente reconhecida pela CAPES na Avaliação Quadrienal 2025. O parecer da comissão de área destacou a solidez da trajetória institucional:

> Ao longo dos seus cerca de 38 anos de existência, a área de concentração, linhas de pesquisa e projetos contribuem para a missão e formação de egressos qualificados para uma compreensão crítica dos fenômenos memoriais e suas implicações sociais, culturais e políticas (CAPES, 2026, não paginado)

O documento de avaliação enfatizou o sucesso do programa ao obter o conceito "Muito Bom" nos quesitos de "Programa" e "Formação". Como reconhecimento máximo dessa trajetória, a Comissão de Avaliação "reconhece a importância do Programa de Pós-Graduação em Memória Social" (CAPES, 2026). Diante da excelência demonstrada no quadriênio 2021-2024, o Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) ratificou para o PPGMS o resultado final de Nota 5.

Nesse contexto, a pesquisa de Oliveira (2025) evidencia a necessidade de aperfeiçoar os processos de produção, organização, preservação e uso dos documentos arquivísticos do PPGMS, visando reduzir a fragmentação informacional e fortalecer a gestão documental. A relevância dessa questão torna-se ainda mais evidente diante dos processos de avaliação da pós-graduação, nos quais relatórios, registros acadêmicos e documentos administrativos constituem evidências fundamentais para a legitimação institucional e para a atribuição dos conceitos CAPES.

A análise documental permite concluir que o período entre 2005 e 2024 corresponde à fase de maior maturidade institucional do PPGMS. Ao longo dessas duas décadas, o programa consolidou sua identidade acadêmica, ampliou sua produção científica, fortaleceu sua inserção social e tornou-se referência nacional nos estudos interdisciplinares da Memória Social. A criação do doutorado, a expansão das atividades de pesquisa, a qualificação do corpo docente, consolidação de sua infraestrutura e obtenção da Nota 5 pela CAPES demonstram a capacidade do programa de adaptar-se às transformações do cenário científico sem abandonar os princípios que orientaram sua trajetória.

A criação do doutorado, em 2005, inaugura uma terceira fase marcada por uma ampliação ainda mais significativa da capacidade de formação e produção acadêmica do PPGMS-UNIRIO. Entre 2005 e 2026, foram identificadas 391 dissertações de mestrado e 186 teses de doutorado, totalizando 577 trabalhos de conclusão defendidos nos dois níveis de formação. Esses dados evidenciam uma mudança de escala em relação às fases anteriores: além da continuidade da formação de mestres, a implantação do doutorado passou a incorporar sistematicamente a formação de pesquisadores em nível avançado, ampliando a capacidade do Programa de produzir e difundir conhecimento no campo da Memória Social. Considerando-se conjuntamente os períodos analisados, observa-se uma trajetória de expansão da produção acadêmica: 16 dissertações até 1995, 164 entre 1996 e 2005 e,

posteriormente, 391 dissertações e 186 teses entre 2005 e 2026. Mais do que um crescimento meramente quantitativo, esses dados acompanham a consolidação da Memória Social como eixo estruturador do Programa e reforçam a interpretação de que a criação do doutorado representou um marco institucional decisivo para sua afirmação como campo interdisciplinar de pesquisa e formação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam três momentos centrais dessa trajetória: a fase inicial voltada à gestão cultural, a aproximação entre memória e documento a partir de 1995 e a afirmação da Memória Social como eixo estruturador do programa desde 2005. Essas mudanças demonstram a capacidade do PPGMS de adaptar-se às transformações científicas e institucionais sem perder sua vocação interdisciplinar.

Conclui-se que os documentos analisados ultrapassam sua função administrativa, constituindo importantes suportes da memória institucional. Ao preservarem decisões, transformações e resultados, tornam-se fundamentais para a compreensão da trajetória do programa e para a salvaguarda de sua identidade no contexto contemporâneo da pós-graduação brasileira. Como desdobramento, destaca-se a importância do fortalecimento das práticas de gestão documental como estratégia para a preservação e atualização da memória institucional.

REFERÊNCIAS

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ficha de avaliação**: Programa de Pós-Graduação em Memória Social (31021018002P4) – Avaliação Quadrienal 2025. Brasília, DF: CAPES, 2026.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional**: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica. 1997. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: http://ridi.ibict.br/handle/123456789/686. Acesso em: [inserir data].

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães (org.). **Catálogo de dissertações 1991-2000**: Mestrado em Memória Social e Documento. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2001. Disponível em: https://www.unirio.br/caeg1/memoriasocial/dissertacoes/p-catalogo-de-dissertacoes-ppgms-1991-2000/catalogo-de-dissertacoes-ppgms-1991-2000. Acesso em: 31 out. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HUYSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Tradução de Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151138/le_goff.pdf. Acesso em: 31 out. 2026.

MENDLOVIC PASOL, Bertha. ¿Hacia una "nueva época" en los estudios de memoria social? **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, Cidade do México, v. 59, n. 221, p. 291-316, maio/ago. 2014. DOI: https://doi.org/10.1016/S0185-1918(14)70825-6. Disponível em: https://journals.unam.mx/index.php/rmcpys/article/view/47710. Acesso em: 31 out. 2026.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101. Acesso em: 31 out. 2026.

OLIVEIRA, Lucas da Conceição. **Plano de aperfeiçoamento das práticas de produção e uso dos documentos arquivísticos na gestão acadêmica do PPGMS-UNIRIO**. 2025. 100 f. Produto Técnico-Científico (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/15261/Produto_Tecnico_Cientifico_-_Lucas_Oliveira_PPGARQ-UNIRIO_Versao_Final_Corrigida%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Ensino e Pesquisa. Resolução n. 516, de 19 de novembro de 1986. Dispõe sobre a criação do Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais, no Centro de Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Conselho Universitário. Resolução n. 522, de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a criação do Curso de Mestrado em Administração de Centros Culturais, no Centro de Ciências Humanas. Rio de Janeiro: UNIRIO, 1986.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Curadores. Resolução n. 1.445, de 27 de julho de 1995. Aprova o Regulamento do Curso de Mestrado em Memória Social e Documento do Centro de Ciências Humanas. **Boletim de Julho de 1995**: atos da Reitoria, Rio de Janeiro, jul. 1995. Disponível em: https://www.unirio.br/comissoes-e-comites/boletins/chefia-de-gabinete/boletins-1995/bol-07-1995-julho. Acesso em: 31 out. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução n. 2.610, de 10 de maio de 2005. Dispõe sobre a implantação do Programa de Pós-Graduação em Memória Social – Mestrado e Doutorado, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.